



139

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**  
**Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 328008-0**  
**Embargante:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco  
**Procuradora:** Sabrina Pinheiro dos Prazeres  
**Embargado:** Iracian de Sá Carvalho Alípio  
**Advogado:** Marcelo Cordeiro de Barros Júnior  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. DIREITO HUMANO À SAÚDE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS DE FORMA INDISCREPANTE.

1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2. Notadamente, a decisão embargada foi bastante clara quanto aos motivos que levaram à concessão da segurança à embargada, em específico o fato de que restou absolutamente comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte da recorrida, havendo clara referência sobre a eficácia do tratamento requisitado no combate aos efeitos da doença da impetrante acometida por HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA (CID I.27.0) e INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV (CID I.50.0), bem como a impropriedade da política de saúde existente restam, conforme a 'prescrição médica' e o 'laudo médico' proferidos pelo médico do PROCAPE, Dr. Adriano Assis Mendes (CRM-7857), acostados aos autos às fl. 20/22.

3. Nesse caso, o pedido do embargante para oferecer o medicamentos similares ao requisitado, não deve prosperar, visto que a obrigação estatal consiste na prestação da melhor medicação que atenda à necessidade da paciente com maior eficiência, sendo clara a referência ao tratamento medicamentoso prescrito em laudo médico nas fls. 20/22, sendo este último documento essencial ao deferimento de qualquer medida judicial nesse tipo de procedimento.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

4. A decisão vergastada esclareceu de forma precisa os motivos que a levaram a negar provimento ao recurso de agravo manejado pelo embargante, uma vez que entendeu que a ingerência do Poder Judiciário, no caso em comento, afigura-se necessária, porque que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, e ainda, que restaram aparentemente comprovadas, como já dito acima, a necessidade do tratamento médico e a falta de condições de adquiri-lo por parte da recorrida, situação essa que permite a concessão da tutela perseguida pela parte embargada, segundo o posicionamento consolidada dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme restou demonstrado na decisão embargada.

5. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

6. Aclaratórios conhecidos tão-somente para fins de prequestionamento, porém não providos de forma unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 0328008-0, acordam os Desembargadores que integram o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 24/9/2014, à unanimidade de votos, em rejeitarem o recurso acima descrito, para confirmar o acórdão vergastado, julgando improvido o pedido, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

P. e I.

Recife,

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



140

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**  
**Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 328008-0**  
**Embargante:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco  
**Procuradora:** Sabrina Pinheiro dos Prazeres  
**Embargado:** Iracian de Sá Carvalho Alípio  
**Advogado:** Marcelo Cordeiro de Barros Júnior  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que com arrimo no art. 1º da Lei nº 12.016/09, voto pela concessão da segurança pugnada, no sentido de determinar que a autoridade coatora forneça gratuita e continuamente o medicamento BOSENTANA (TRACLEER) 125mg, na forma prescrita pelo profissional que a assiste acostada às fl. 20/22, enquanto for necessário para o efetivo tratamento da impetrante que sofre de HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA (CID I.27.0) e INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV (CID I.50.0), sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento.

Em suas razões, alega o embargante a ocorrência de omissão no *decisum* atacado no tocante a suas alegações quanto à ingerência do Poder Judiciário na esfera administrativa e sobre a inexistência de provas nos autos sobre a ineficácia das alternativas terapêuticas fornecidas pelo SUS, requerendo a menção expressa a respeito do citado tema.

Pleiteia, ao final, que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada e prequestionar a matéria versada.

**É o relatório.**

Recife, 24/09/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**  
**Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 328008-0**  
**Embargante:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco  
**Procuradora:** Sabrina Pinheiro dos Prazeres  
**Embargado:** Iracian de Sá Carvalho Alípio  
**Advogado:** Marcelo Cordeiro de Barros Júnior  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

### **VOTO**

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular o acórdão invectivado, senão vejamos.

Notadamente, a decisão embargada foi bastante clara quanto aos motivos que levaram à concessão da segurança à embargada, em específico o fato de que restou absolutamente comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte da recorrida, havendo clara referência sobre a eficácia do tratamento requisitado no combate aos efeitos da doença da impetrante, bem como a impropriedade da política de saúde existente restam, conforme a 'prescrição médica' e o 'laudo médico' proferidos pelo médico do PROCAPE, Dr. Adriano Assis Mendes (CRM-7857), acostados aos autos às fl. 20/22.

Nesse caso, o pedido do embargante para oferecer os medicamentos similares ao requisitado, não deve prosperar, visto que a obrigação estatal consiste na prestação da melhor medicação que atenda à necessidade da paciente com maior eficiência, sendo clara a referência ao tratamento medicamentoso prescrito em laudo médico nas fls. 20/22, sendo este último documento essencial ao deferimento de qualquer medida judicial nesse tipo de procedimento.



241

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

Por óbvio, a alegação de necessidade de utilização de um fármaco qualquer, a ser fornecido pelo Estado, deve vir lastreada por documentação idônea e suficiente ao atendimento do pedido, ou seja, não é o nome indicado pela parte que conta e sim o prescrito por profissional devidamente qualificado para tanto, conforme consta nos atestados médicos supracitados a explícita indicação de BOSENTANA (TRACLEER) 125mg, sendo este o medicamento a ser fornecido.

Logo, a decisão vergastada esclareceu de forma precisa os motivos que a levaram a conceder a segurança pretendida, uma vez que entendeu que a ingerência do Poder Judiciário, no caso em comento, afigura-se necessária, porque que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, e ainda, que restaram comprovadas, como já dito acima, a necessidade do tratamento médico e a falta de condições de adquiri-lo por parte da recorrida, situação essa que permite a concessão da tutela perseguida pela parte embargada, segundo o posicionamento consolidada dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme restou demonstrado na decisão recorrida.

Além disso, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento.

Com efeito, o mero descontentamento da parte não tem por finalidade tornar cabíveis os Embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no acórdão embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição,



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria suscitada, mas nego-lhes provimento.

**É como voto**

Recife, 24/07/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**